

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

ORA COMPÊNDIOS, ORA LIVROS ESCOLARES, ORA LIVROS DIDÁTICOS... SEMPRE NECESSÁRIOS NA GEOGRAFIA ESCOLAR

*Rosemberg Ferracini*¹
rosemberggeo@yahoo.com.br

*Veronica Hollman*²
vhollman@conicet.gov.ar

Nossas primeiras conversas a respeito dos chamados compêndios, ora livros escolares, ora livros didáticos na geografia escolar, aconteceram na primavera de 2010 na Faculdade de Filosofia e Letras, da Universidade de Buenos Aires, localizado na rua Puan nº 480, no bairro de Caballito. Nas trocas de ideias, leituras de textos, indagações e perguntas buscávamos autores que ajudassem em novas interpretações das diferentes abordagens. Nesse ínterim aprendemos que escrever sobre os livros escolares é falar de um mundo diverso e delicado para se definir. A respeito de sua denominação Ossenbach e Somoza (2001, p. 37) escrevem que existe uma “ambiguidade terminológica”, que varia entre os seguintes termos: livros escolares, livros de textos, textos escolares, manuais, manuais escolares, livros didáticos, textos didáticos, livros para crianças, dentre outros que se inscrevem em distintos períodos históricos, países e sistema políticos. A respeito dessa discussão Stray (1993) explica que o termo “*textbook*” é muito mais antigo

¹ Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor universitário de Metodologia e Prática de Ensino em Geografia e Pedagogia. Membro do GEPED – Grupo de Estudo e Pesquisa em Didática da Geografia e Práticas Interdisciplinares – Faculdade de Educação USP. Endereço: Rua: Guará nº 81 ap. 36, Pompéia. CEP 05025-020. São Paulo/SP.

² Doutora em Ciências Sociais pela FLACSO (Buenos Aires, Argentina). Pesquisadora Adjunta CONICET - Instituto de Geografía Universidad de Buenos Aires. Endereço: Puan 480. 4 Piso. CP 1406. Ciudad Autonoma de Buenos Aires.

e se refere ao texto habitualmente latino ou grego; o termo “livro escolar” (*schoolbook*) aparece pela primeira vez em inglês na década de 1750, e o termo “livro didático” (*textbook*) só aparece em inglês na década de 1830 (1991, p. 1 *apud* JOHNSEN, 1996, p. 26). Ossenbach e Somoza (2001, p. 37) registraram que “a distinção entre livros didáticos e escolares é um processo histórico na história das palavras”. Como visto, são diversos os debates a respeito dessa terminologia, isso porque em cada momento histórico existiu uma terminação para esse material. Sabendo disso, no decorrer dos textos encontraremos a denominação “livros escolares”, considerando que em alguns momentos encontraremos nos textos outros termos para não cair no cansaço das repetições.

Os artigos aqui compartilhados trazem a preocupação por conhecer os modos nos quais os livros escolares intervêm no processo pelo qual “aprendemos” a “olhar” para alguns conteúdos escolares por meio dos compêndios, já que estes são vistos em muitos casos como “os donos do saber”. Tal reflexão será encontrada nos texto do trio composto por Vivian da Silva, Rita Galego e Paula Vicentini que abordam a trajetória dos autores na constituição dos seus textos. Nesse contextos as mesmas abordam quem escreveu esse tipo de livro didático, quando eles foram escritos e divulgados, e que tipo de destaque eles têm nas escolas. Levando-nos a indagar qual é a natureza de seus conteúdos. Isso porque todos eles sejam os de Pedagogia, Didática, Metodologia de Ensino e Geografia, compartilham um modo de escrita e de finalidades comuns, a aprendizagem.

Não somente no Brasil, o livro escolar possui forte peso na cultura escolar, com uma autoridade inquestionável e irrefutável, para alunos, professores e pais. Os denominamos como “senhores do conhecimento” como uma provocação, já que em muitos casos o compêndio escolar é o segundo livro mais importante nos lares, atrás da Bíblia Sagrada. Não somente no Brasil, o livro escolar possui forte peso na cultura escolar, com uma autoridade inquestionável e irrefutável, para alunos, professores e pais. Da mesma forma, concordamos com Choppin (2002, p. 552-553) quando este escreve que “os livros escolares assumem múltiplas funções”, que podem ser ideológicas e culturais. Por exemplo, como afirma Sérgio Claudino de Portugal em seu artigo neste dossiê: “Descobrimos os livros escolares (*livros didáticos*, no Brasil) nas primeiras letras, transportamo-los em anos de escola, lembramo-los pela vida. Sobre eles recai a generalizada e intuitiva convicção de conformadores de alunos-aprendizes, prescritores de discursos e práticas docentes, pequenos grandes ditadores da sala de aula” (CLAUDINO). Certo é que vivemos num período histórico onde os livros escolares

Ora compêndios, ora livros escolares, ora livros didáticos...

deixaram de ser a única via de acesso ao conhecimento (Internet, sem dúvida é a nova enciclopédia que alunos e pais usam cotidianamente para resolver atividades escolares).

Para os professores e estudantes que vive a escola e tem como foco a formação como elemento principal perceberam no decorrer da leitura do Dossiê que o livro escolar abre diferentes possibilidades de ensino-aprendizagem, já que este transita de diferentes maneiras. Temos no texto de Eliana Morais a possibilidade de aprender a respeito da abordagem aos conteúdos relevo, rochas e solos nos livros didáticos. Ou seja, os livros escolares continuam sendo um material de referência para os professores como discute a autora em referência ao seu uso para o ensino de conteúdos de Geografia Física. Entrevistando professores da educação básica Eliana Morais buscou entender a relação que os docentes estabelecem entre os conceitos de natureza e ambiente com o ensino das temáticas físico-naturais na Geografia escolar. Acreditamos ser importante, nesse sentido, tomá-los como objeto de análise uma vez que estes criam valores e moldam diferentes visões de mundo.

“A história dos livros e das edições didáticas passou a constituir um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento, em um número cada vez maior de países” (CHOPPIN, 2004, p. 549). A discussão sobre o livro didático, além de permitir um leque de possibilidades, torna possível um alinhamento com outras áreas do conhecimento, como História, Antropologia, por exemplo. Pode-se pensar o livro didático do ponto de vista das diferentes linhas de pesquisa em que está inserido, do seu projeto editorial, de seu conjunto iconográfico, ou mesmo investigar as diferentes concepções da disciplina escolar que ele propaga, suas propostas didáticas e a adequação da linguagem utilizada ao público-alvo e sua faixa etária. A respeito dessa historicidade Maria Angelo e Maria Adailza Albuquerque trazem a importância dessa reflexão apoiadas na perspectiva teórico-metodológica da história das disciplinas escolares estando fundamentadas aos elementos representativos do campo da cultura escolar, da história do livro, em particular ao período das décadas de 1870 e 1910. Fato que se comunica com as reflexões de Johnsen (1993, p. 29) que discute a possibilidade de análise por meio das disciplinas escolares. Ele dividiu sua análise em três planos, a saber: a ideologia nos livros didáticos; o uso dos livros didáticos; e o desenvolvimento dos livros didáticos.

Os artigos deste dossiê também trazem a discussão alguns destes três níveis

de análise e mostram o conjunto de perguntas que cada um deles abre³. Nesse mesmo caminhar é o texto de Marcia Mello que traz a investigação do movimento histórico que envolve a constituição dos modelos de escolarização e das práticas culturais de ensino de Geografia. Dentre esses a concepção pedagógica dos manuais de ensino de Geografia, do primeiro terço do século XX que estava atrelada aos princípios da didática do movimento da Escola Nova em conjunto com a presença de Delgado de Carvalho nesse contexto.

“Os livros escolares assumem múltiplas funções” (CHOPPIN, 2002: p. 552-553) que podem ser ideológicas e culturais. Isso porque é um instrumento que exerce de maneira explícita e rígida diferentes formas e modelos na educação, seja no modelo formal das escolas, seja no modelo informal dos cursos a distância. Partimos do pressuposto de que os livros escolares são documentos oficiais que influenciaram a sociedade, que difundem a narrativa oficial do Estado a respeito de temas determinados. Os livros escolares, como parte do discurso escolar, tornam-se uma fonte de pesquisa para a identificação e análise das rupturas e continuidades na Geografia escolar: nos conteúdos, nas suas formas de apresentação, na organização e sequências de ensino propostas, nos modos de olhar e nas atividades sugeridas, nos pressupostos epistemológicos.

Os artigos de Carolina Vilela e Leonardo Dirceu de Azambuja identificam e analisam algumas regularidades que se apresentam como “traços de uma forma escolar”, mas também as negociações que se produzem entre estruturas relativamente estáveis e sucessivas inovações disciplinares. O primeiro traz uma perspectiva foucaultiana de prática discursiva que busca articular instrumentos teóricos que permitam compreender o conhecimento escolar na Geografia via a perspectiva *da* epistemologia social escolar. Suas análises de livros didáticos buscam aprofundar a compreensão dos mecanismos que constituem a abordagem regional nos currículos escolares. Embasada nos livros aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em sua edição mais recente (2011), a autora traz a reflexão da abordagem regional discursiva. O segundo tem como tema o ensino de Geografia do Brasil, aprofundando sua leitura em dois autores “Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo” tendo como foco o modelo de análise geográfica e a tematização contida em cada autor. Seu texto traz elementos da vegetação, clima, população, língua, religião, economia, formação histórica, demais

³ No Brasil, no período de 1967 a 2003, existem diversos estudos a respeito do livro didático, passando pelo currículo, pela abordagem que o livro faz sobre a Geografia urbana e a Geografia rural, pelo ensino da Geografia escolar, pelos gêneros dos trabalhos, por seus focos temáticos e pelas linhas dos grupos de pesquisa (PINHEIRO, 2005).

informações relacionadas aos censos demográficos, às cidades como também debates a respeito da geografia regional do Brasil.

Com o conjunto dessas leituras percebe-se que a produção de livros escolares é cada vez mais um processo de grande escala desenvolvido por grupos editoriais e equipes de autores. O processo de elaboração do livro didático, “o trabalho em equipe ocorre ao longo da construção do projeto na escolha adequada das ilustrações, fotografias, composição e paginação [...] editora/editoria devem estar em sintonia” para que o produto final saia impresso como planejado (CASTELLAR; VILHENA, 2010, p. 143). Ao mesmo tempo, são diversas as exigências para sistematização do material escolar: organizações e necessidades pedagógicas que passam pela área do saber escolar nas mãos do mercado editorial e pelas diretrizes educacionais.

O Dossiê apresenta algumas experiências que traçam contrapontos entre os livros escolares e o currículo oficial, as perspectivas geográficas hegemônicas, e até os próprios modos de produzir estes materiais escolares. O artigo de Diego Pereira e Amanda Gonçalves oferece uma análise dos manuais escolares produzidos por uma professora-autora do ensino primário. Hermantina Riccioppo faz parte da geografia escolar em um contexto de uma prática pedagógica específica em Uberaba, no Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais. Caminhando pelo histórico da disciplina escolar os autores trazem algumas particularidades de seus conhecimentos de História e Ciências Naturais. A experiência evidencia que numa conjuntura particular da cultura escolar o livro pode ser o resultado de um processo de pesquisa no trabalho de ensino. Pois o livro didático é “um instrumento pedagógico inscrito em uma longa tradição, inseparável tanto na sua elaboração como na sua utilização das estruturas dos métodos e das condições do ensino de seu tempo” (CHOPPIN, 2004).

Sobre os conteúdos presentes nos livros didáticos, Chartier (1991, p. 06) escreve que eles passam pela “luta das representações”, ou seja, por interesses diversos a respeito de como e por que determinados conceitos e temas devem ser ou não abordados no livro escolar. No decorrer do Dossiê encontraremos textos que trazem algumas das batalhas que o conteúdo escolar travou nas páginas dos livros didático, particularmente os artigos de Hervé Thery e Maria Ediney. O primeiro traz análise de manuais franceses, a visão dos países tropicais, como definidos por Pierre Gourou, nos livros didáticos entre 1925 e 1960, em particular da África. O autor faz um paralelo entre os currículos prescritos e o praticado, o que fazer? Nesse conjunto os livros didáticos tratam de uma geografia colonial francesa, influenciada por currículos igualmente marcados pela história colonial, em alguns trechos podemos observar o “racismo sem disfarces”. O texto nos

ajuda a pensar nas diferentes publicações a respeito da África no Brasil. Essa categorização é importante para nossa reflexão, pois, segundo Ferracini (2012, p. 31) no caso da África nos livros escolares percebe-se a maneira de como ela foi abordada e de como fez e faz parte de um jogo de interesses políticos e culturais, além do fato de que representar e ser representado estiveram e estão envolvidos numa batalha de força e poder no território da Geografia escolar e de outras disciplinas. A segunda problemática por meio do histórico da disciplina escolar e das instituições científicas do século XIX, como a região nordeste no início do século XX foi marcada como “região problema” e até hoje permanece presente no imaginário popular. Suas reflexões passam pelos primeiros discursos mobilizados em torno do Nordeste, representado nos mapas e nas imagens presentes nos livros didáticos de geografia. O texto demonstra como tais representações permanecerem sendo constantemente apropriadas ou reelaboradas a partir de um conjunto de ideias sobre um determinado conteúdo socialmente construído no decorrer da história. Nestes dois artigos se evidencia que nos livros escolares estão presentes as contradições políticas, os interesses econômicos, as classificações, categorizações culturais, as formas e modelos escolares que fazem parte das “luta das representações” (CHARTIER, 1991, p. 06) de diversos grupos sociais, o que envolve negociações, embates, estratégia e confrontos a respeito do conteúdo específico da disciplina escolar Geografia.

As imagens nos livros é algo a ser considerado no texto: elas “marcam-nos para o resto da vida. Sobre esta representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo, do passado das sociedades, enxertam-se em seguida opiniões, idéias fugazes ou duradouras” (FERRO, 1981, p.15). Por sua vez, Kossoy (2003, p. 79) escreve que, na interpretação das imagens “fixas ou acompanhadas de textos, a leitura das mesmas se abre em leque para diferentes interpretações”. Elas podem ser econômicas, políticas e culturais, permitindo sempre uma leitura e interpretação plurais, coincidindo ou não com o ponto de vista do autor do livro escolar. Isso porque as imagens presentes nos livros escolares fazem parte do conhecimento do passado e do presente a respeito daquela disciplina, combinando conhecimento e conteúdo. Os artigos de Rafaela Printes e de Verónica Hollman trazem à discussão pesquisas sobre o conteúdo das imagens nos livros escolares e suas diferentes funções no discurso geográfico escolar. Rafaela Printes analisa as identidades étnicas indígenas apresentadas por meio de imagens e textos, em tanto que Verónica Hollman discute a importância de analisarmos os regimes visuais construídos e veiculizados nos livros escolares fazendo foco nos modos de olhar a relação sociedade-natureza.

Acreditamos que cada um de estes artigos e também nos diálogos que os leitores estabeleceram entre eles abrirão novas perguntas para continuar pesquisando a produção, conteúdo e usos dos livros escolares, mas também a sua própria contribuição na produção e comunicação do conhecimento geográfico.

Encerramos o Dossiê com a entrevista com a professora Dra. Sonia Castellar, com uma longa e prolífica trajetória na pesquisa dos livros escolares. A entrevista se deu forma informal em momentos distintos, ora na casa da professora Sonia, ora no laboratório de Ensino e Pesquisa na Faculdade de Educação na Universidade de São Paulo, ora nas reuniões trabalho Grupo de Estudo e Pesquisa em Didática da Geografia e Práticas Interdisciplinares e no café Pinheiros. Em nossa conversa tentamos construir uma rede a partir de cada nodosidade como uma linha do tempo organizada por referenciais acadêmicos e profissionais. Nessa linha, a permanência se revela na opção acertada e ao longo dos anos consolidada da Sonia como professora. Percebemos que a mesma revela ações que podem às vezes passar a sensação de dispersão que nunca perderam de vista as direções apontadas pelos ideais e inquietações de professora, formadora de professores, pesquisadora de práticas pedagógicas, autora de materiais didáticos, comprometida sempre com a educação. Na entrevista percebemos os diferentes percursos, suas organizações acadêmicas e profissionais que foram marcadas de sentidos que representam seu compromisso político com a educação e a universidade.

Passados algumas primaveras não imaginávamos que aquelas conversas dariam frutos e flores resultando na ousadia de construção do que poderia vir a ser esse Dossiê que ora se apresenta. Uma organização temática com diferentes possibilidades de ensinamentos, resultados de pesquisas, autores, recortes e abordagens distintas no Brasil, Argentina, Portugal, França e nas didáticas da geografia escolar. Prezados leitores e leitoras, que os esforços conjuntos tragam a todos novas primaveras.

Referências Bibliográficas

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. Cenage Learning – Coleção ideias em ação, São Paulo, 2010, 161 p.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991, 173-191 pp.

CHOPPIN, Alain. *Pedagógica Histórica*. v. 38, nº 1, 2002, p. 21-49. Trad. Maria Adriana C. Cappello. **História dos livros didáticos e das edições didáticas**. Revista Educação e Pesquisa, v. 30, nº 3, set./dez.2004, 549-566 pp.

FERRACINI, Rosemberg Aparecido Lopes. **A África e suas representações no(s) livro(s) escolar(es) de Geografia no Brasil – 1890 a 2003**. 2012, 229f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-30102012-111718/pt-br.php>

FERRO, Marc. **História das colonizações**: das conquistas as independências, séculos XIII a XX. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, 463 p.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria & Educação**, nº 5, pp. 28-49, 1992.

JOHNSEN, Egil Borre. **Libros de texto el calidoscopio. Estudio crítico de la literatura y la investigación sobre textos escolares**. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1996, 350 p.

PINHEIRO, Antonio Carlos. **O ensino de geografia no Brasil**: catálogo de dissertações e teses 1967-2003. Goiânia: Ed. Vieira, 2005, 285 p.

OSSENBACH, G.; SOMOZA, M. (Eds.). **Los Manuales Escolares como fuente para la Historia de la Educacion em América Latina**. 1. ed. Madrid: Lerko Print, 2001.

STRAY, Chris Stray, **Quia nominor leo**: vers une sociologie historique du manuel, Histoire de l'éducation. nº 58, mai. 1993, pp. 77-78.